



Handwritten signature in blue ink.

**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
28 DE OUTUBRO DE 2016

N.º 22/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.^a Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.^a
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.^a Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



Pág.

SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal – 2017 3

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

2 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião..... 10



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA



II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Grandes Opções do Plano e Orçamento
e Mapa de Pessoal – 2017**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “As Grandes Opções do Plano onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de que fazem parte o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipal) e Orçamento onde é apresentada a previsão anual das receitas, bem como as despesas, de acordo com um quadro de contas, são definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/2009, de 22 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.ºs 315/2000, de 2 de Dezembro, 26/2002, de 14 de Fevereiro e 84-A/2002, de 5 de Abril, como os documentos previsionais a adotar pelas autarquias locais. -----

----- Por sua vez, a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL), determina no seu artigo 46.º que o orçamento municipal inclui, para além de um relatório, os seguintes elementos: i) identificação e descrição das responsabilidades contingentes; ii) mapa resumo das receitas e despesas da autarquia; iii) mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica; iv) articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental; e v) mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente. -----

----- As autarquias locais encontram-se obrigadas pela conjugação da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que define o regime jurídico das autarquias locais com o estipulado no ponto 3.1.1 do POCAL, à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil. O POCAL e o RFAL estabelecem as estritas regras e princípios previsionais às quais o orçamento do Município se deve submeter, designadamente os previstos no referido ponto 3.1.1 das Regras



Previsionais com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e nos artigos 40.º a 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

----- Assim, constituem as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2017, o mapa resumo do orçamento, o orçamento da Receita e da Despesa, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipal (Atividades Municipais mais Relevantes), o mapa de transferências de receitas do exterior e da administração central, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental, embora este com carácter não vinculativo conforme justificação constante do relato orçamental, o mapa dos empréstimos e o mapa resumo das transferências para as Freguesias, no âmbito da execução dos acordos de execução da delegação legal de competências, da delegação de competências em matéria de transportes escolares, e de apoios pontuais relativos ao programa ocupacional e de investimentos, a descrição das responsabilidades contingentes, as normas de execução orçamental e o mapa das entidades participadas pelo município. -----

----- Assim sendo, considerando: -----

----- 1 – Que no uso das competências constantes do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a proposta do Orçamento. -----

----- 2 – Que de acordo com o disposto nos artigos 28º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugados com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e suas posteriores alterações, os municípios dispõem de um mapa de pessoal, o qual deve acompanhar a proposta do orçamento, e cuja aprovação é da competência da Assembleia Municipal; -----

----- 3 – Que conforme n.º 2 da Cláusula 3.ª do acordo de execução de “Delegação Legal” de competências celebrado com as Freguesias, se encontra previsto que as verbas necessárias ao desempenho das competências delegadas são atualizadas em função da percentagem da variação da participação das freguesias nos impostos do Estado que constitui o Fundo de Financiamento das Freguesias; -----

----- 4 – Que da proposta do orçamento que agora se submete à apreciação do Executivo Municipal e à Assembleia Municipal, constam as verbas a transferir para as Freguesias referidas no número anterior, calculadas em função da proposta de Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017; --



- 5 – Que de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à administração local, as despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação – venda ou compra a prestações com encargos, não podem ser efetivadas sem prévia autorização do órgão deliberativo, salvo quando resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não exceda três anos; -----
- 6 – Que conforme dispõe a al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local; -----
- 7 – Que o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, diploma que contempla as normas legais e disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA referida, determina que para efeitos de aplicação da al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela assembleia municipal poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----
- 8 – Que o Município contempla nos seus documentos previsionais para 2017, projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos que se prolongam para os anos económicos seguintes; -----
- 9 – Que estão previstos fornecimentos e serviços não contemplados no Plano Plurianual de Investimentos, nem no Plano das Atividades mais Relevantes, uma vez que este é um documento facultativo à luz do POCAL, que constituem despesas de natureza corrente mas que, no entanto, se encontram incluídas nas correspondentes rubricas do orçamento da despesa corrente. -----
- 10 – Que de acordo com a linha j) do n.º 1, do artigo 25.º compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sob as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----
- Face ao referido, proponho ao Executivo Municipal que delibere no sentido de: -----



- a) Aprovar os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2017, documentos cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;
- b) Aprovar o Mapa de Pessoal para 2017, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, o qual acompanha a proposta de orçamento, contendo toda a informação exigível, por força do disposto nos artigos 28.º e 29.º da referida Lei e no n.º 1 do artigo 5.º do mencionado Decreto-Lei, documento cujo teor se dá aqui também por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----
- c) Aprovar as minutas dos contratos interadministrativos no âmbito dos apoios pontuais para investimentos e do "Programa Ocupacional" a celebrar com as Freguesias e submeter as mesmas à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- d) Que para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aprove solicitar à Assembleia Municipal que esta delibere ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: -----
 - i) Resultem de projetos ou ações constantes no Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipal (Atividades Mais Relevantes); ou -----
 - ii) Os seus encargos não excedam o limite 100.000€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----
 - iii) Que a assunção de compromissos plurianuais referidos nas alíneas anteriores e ao abrigo da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições mencionadas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----
- e) Submeter, sob a forma de proposta, os referidos documentos à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, conforme o que dispõe a alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, bem como



ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho. -----

- f) Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelos respetivos órgãos municipais, deverão os mesmos documentos ser publicitados e inseridos na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer." -----

----- **Deliberação: 1 - Aprovar, por maioria:** -----

----- **Os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2017, com a abstenção das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, que prestaram a seguinte declaração de voto:** -----

----- "*Grandes Opções do Plano e Orçamento 2016*" -----

----- *Declaração de Voto* -----

----- *As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, relativamente ao ponto único da reunião, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal – 2017, informaram o Senhor Presidente que embora constatem com agrado, à semelhança do ano anterior, que o Plano Plurianual de Investimentos vai ao encontro de algumas das áreas prioritárias definidas no programa eleitoral do PSD de 2013, não podem deixar de lamentar que não tenham sido acolhidas as propostas do Partido, apresentadas no âmbito do exercício do Direito de Oposição.* -----

----- *À semelhança do ano anterior, as Vereadoras e o Partido Político que representam continuam a defender mais e melhores investimentos e meios financeiros para as freguesias, daí terem sugerido ao Sr. Presidente da Câmara que as verbas destinadas ao cômputo das Juntas de Freguesia fossem aumentadas para um valor não inferior a 5% do orçamento, propondo portanto que o valor global das transferências para as freguesias passasse de 291.770,43 €, para 397.472,00€, sendo a sua distribuição proporcional aos valores indicados para cada freguesia. Isto porque consideram que é essencial dignificar o trabalho das Juntas de Freguesia, permitindo-lhes autonomamente dar respostas às necessidades da população, com maior eficácia e eficiência.* -----

----- *Referiram ainda que era importante que o Município fomentasse a participação informada, ativa e construtiva dos munícipes pela integração nas*



Grandes Opções do Plano para 2017, da modalidade de orçamento participativo na área de intervenção social, conforme proposta do PSD, valorizando a participação dos cidadãos na governação e reforçando a qualidade da Democracia. -----

----- Consideraram ainda que as previsões para os investimentos de 2017 parecem pouco fiáveis uma vez que é previsto um investimento total de €5 668 173, tendo apenas como financiamento definido €1 426 173, criando assim expetativas demasiado ambiciosas. -----

----- Dadas as considerações tecidas e os aspetos elencados, entenderam as Vereadoras do PSD absterem-se relativamente às Grandes Opções do Plano. -

----- Data: Santa Marta de Penaguião, 28 de outubro de 2016. -----

- As vereadoras: Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Maria Arlete Canário Taveira Costa Gouveia." -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: -----

----- "Lamentamos que nos últimos quatro anos, aquando da elaboração dos respetivos documentos – Grandes Opções do Plano e Orçamento – o PPD/PSD não tenha apresentado quaisquer sugestões ou projetos, demonstrando mais uma vez o vazio de ideias e desconhecimento das necessidades do nosso concelho e dos penaguienses. -----

----- O PPD/PSD limita-se unicamente a apresentar uma proposta de aumento de despesa em abstrato e sem a devida contrapartida na receita, sendo naturalmente de cariz meramente eleitoralista. -----

----- Nós conhecemos as grandes dificuldades por que passam as Freguesias, de tal forma que seremos um dos poucos municípios que transfere tanto dinheiro do seu orçamento para as freguesias. -----

----- Relembra-se ainda que aquando das atuais transferências para as Freguesias, das três áreas – Delegação legal de competências, delegação de competências da realização dos Transportes escolares e do Programa ocupacional – foram acordadas com todos os Senhores Presidentes de Junta. E, quando se propõe um aumento das transferências para as Freguesias até ao



mínimo de 5% está-se a pedir que essa percentagem incida sobre estas áreas acordadas. É caso que dá que pensar! -----

----- Relativamente ao programa eleitoral do Partido Socialista referido pelo PPD/PSD aconselhamos as Senhoras Vereadoras que façam uma cuidada leitura do mesmo. -----

----- Quanto ao orçamento participativo, embora não esteja institucionalizado, ele foi desde sempre praticado por este executivo, em variadíssimas reuniões com as associações, instituições, grupos ou organizações que trabalham e contribuem para o desenvolvimento e ação deste concelho. -----

----- Mais uma vez referimos que não entendemos como, não tendo o PPD/PSD apresentado em anos anteriores qualquer sugestão ou projeto objetivos e válidos a incluir nas propostas das Grandes Opções do Plano, venha para o ano de eleições autárquicas, insistir neste procedimento. Será por falta de ideias próprias? -----

----- Tendo em conta que a realização de um orçamento participativo no ano de 2017, incidirá obrigatoriamente no ano económico de 2018, entendemos que não devemos condicionar nem comprometer, em nome da lealdade democrática, os órgãos eleitos nas eleições autárquicas de 2017". -----

----- **2 - Aprovar, por unanimidade:** -----

----- a) – O mapa de pessoal para 2017, nos termos do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro; -----

----- b) - Aprovar as minutas dos contratos interadministrativos no âmbito dos apoios pontuais para investimentos e do “Programa Ocupacional” a celebrar com as Freguesias; -----

----- c) – O pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii), da alínea d) da proposta. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 22 de 28 de outubro de 2016

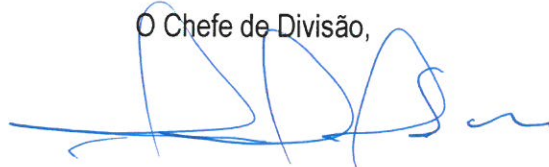
----- d) – Submeter as referidas deliberações, sob a forma de proposta, à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, conforme o que dispõe as alíneas a), j) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, bem como ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 2 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 12:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)